

# A Vacinação contra o coronavírus

Será uma luz ao fundo do túnel ou, pelo contrário, a demonstração de que há muitas pessoas com relutância ou recusa em vacinar-se apesar da disponibilidade de vacinas.

Chegaram boas notícias de que a vacina será distribuída a todos os países europeus ao mesmo tempo, em dezembro, segundo a Presidente da Comissão Europeia que interpreta isto como mais um sinal de união e o caminho para o fim da pandemia, quando 70% da população for vacinada.

No entanto, em Portugal, segundo sondagem publicada, hoje mesmo, haverá 61% de pessoas que querem vacinar-se, 19% aguardar, 5% adiar ao máximo e 8% que não querem mesmo vacinar-se.

Este assunto da vacinação, embora seja habitual na idade pediátrica, faz os adultos ponderarem a sua posição. Embora com o **direito de recusa**, e algumas dúvidas motivadas pela rapidez do aparecimento das vacinas, há bastante informação dos cientistas sobre as vantagens, os resultados e a necessidade de colaboração dos cidadãos no combate à pandemia.

Trago aqui as conclusões de um estudo da **Cittadinanzattiva - Active Citizenship Network (ACN)**, que já em 2016 foi incluída no **Grupo de Aconselhamento Técnico do Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças (ECDC) para Aumentar a Cobertura de Vacinas**, sendo assim, uma associação cívica italiana profundamente empenhada em contribuir para a sensibilização da importância da vacinação em toda a Europa em que se salienta: “A não vacinação é a ameaça que fará reverter os progressos feitos no combate às doenças evitáveis ??pela vacina. Por esse motivo, a hesitação vacinal foi identificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) entre os 10 problemas que necessitarão mais atenção mundial nos próximos anos. Principalmente para enfrentar essas e outras ameaças, em 2019 o novo plano estratégico de 5 anos da OMS - o 13º Programa Geral de Trabalho, propõe que, para além do empenho das instituições e dos vários interessados, a sociedade civil necessita de estar mobilizada”.

**Por isso um ato de cidadania é me-**



**SAÚDE**  
**MARIA**  
**TERESA FLOR**  
**DE LIMA**  
MÉDICA\*

## lhorar a sensibilização para a importância da vacinação entre os cidadãos da UE.

Segundo o mesmo estudo: “A vacinação é um direito e um extraordinário instrumento de saúde pública, que deve ser conhecido, valorizado, difundido e utilizado no interesse das pessoas e da comunidade. Porém, é preciso trabalhar e contribuir para uma cultura adequada sobre vacinas e garantir rigor e transparência para recuperar a confiança na ciência”.

Os nossos cientistas têm-se redobrado em informação sobre a necessidade, a segurança, a eficácia da vacina contra o vírus SARS-CoV-2, mantendo sempre as avaliações clínicas subjacentes, mesmo a questão das alergias. Tem sido explicado que se trata de uma vacina que usa uma parte do vírus (e não o vírus atenuado) e que não tem perigo de provocar a doença. Pelo contrário, abre o caminho para terminar a pandemia.

Voltamos, assim, ao assunto da Educação para a Saúde, agora a Educação para a Vacinação: “A educação é um dos determinantes sociais mais importantes da saúde. Muitos estudos anteriores mostraram fortes relações entre a falta de alfabetização em saúde e as doenças. Uma educação adequada em saúde permitirá às pessoas entender por que a vacinação é necessária e é um elemento essencial para a obtenção de resultados satisfatórios no setor da saúde. Para compensar a falta crónica de alfabetização em saúde, serão necessárias parcerias que envolvam todos: dos governos às comunidades médicas e científicas; do setor privado aos meios de comunicação. Estes últimos têm uma grande responsabilidade em influenciar e formar a opinião pública. Por exemplo, sobre o tema da hesitação vacinal, um estudo muito interessante produzido no âmbito da *European Joint Action on Vaccination (EU-JAV)* e apresentado a 28 de janeiro de 2020 no Parlamento Europeu, pela **ACN**, mostra a relevância da identificação de influenciadores, pró e anti-vacinação, nas principais redes sociais”.

A proteção dos direitos dos cidadãos, e não apenas dos doentes, não pode ser garantida sem informação adequada, especialmente no que diz respeito às

vacinas, onde é essencial distinguir as fontes de informação fiáveis ??das notícias falsas. Acredita-se que o cidadão bem informado e ciente dos seus direitos é um recurso da sociedade. Por isso, é fundamental investir na capacitação dos cidadãos e segue no artigo da ACN referido: “... para melhor identificar, reconhecer e lutar contra o aumento dos fatores externos que podem influenciar negativamente a política de vacinas nos Estados-Membros da UE e ter informações atualizadas e saber como reconhecer as fontes oficiais de informação”. Conclui-se, portanto, que é “**Um exemplo concreto de parceria entre a sociedade civil e a sociedade científica**”.

Entre organizações e instituições europeias, o tema da vacinação foi abordado como: “... um fenómeno global e transfronteiriço, não circunscrito a um contexto isolado e é um tema que também afeta a sustentabilidade dos sistemas de saúde, pois a falta de vacinação e o grau de cobertura vacinal têm forte impacto nos gastos com a saúde pública”.

No âmbito das políticas de vacinação, com a cooperação de muitos parceiros de Polónia, Espanha e Hungria e outros países, no final de 2019 a **Rede de Cidadania Ativa, ACN**, realizou em diferentes países da UE uma consulta cívica através de grupos de discussão sobre o tema específico da abordagem da vacinação ao longo da vida nos planos nacionais de imunização, promovendo assim uma discussão sobre como é organizado e percebido em cada país e reuniu diferentes atores importantes.

Concluiu-se que: “A participação cívica nas políticas de saúde deve ser considerada não apenas como um ato cívico louvável, mas também como uma fonte estratégica de salvaguarda do sistema público de saúde. Em um contexto de hesitação generalizada da vacina, por exemplo, cidadãos ativos podem ser produtores de informações sociais. Fazer informação cívica significa agregar, criar redes e alianças, ter uma vontade clara de mudar as coisas. Portanto, o papel dos cidadãos ativos e dos grupos que promovem a cidadania ativa é importante. Temos a convicção de que as redes cívicas podem desempenhar um grande papel, pois estão em contacto com as pessoas e a sua realidade. Por

isso, o papel da sociedade civil e ativa é conectar instituições e comunidades: em tempos de hesitação vacinal, a mensagem é: onde não chega a comunicação institucional, chega a sociedade civil”.

Este contributo da **Cittadinanzattiva- Rede de Cidadania Ativa, ACN** para o reforço da mensagem ligada à Semana Europeia de Imunização anual, tem em consideração as relações entre as redes sociais e as notícias falsas e divulgou uma mensagem que “**... juntos, como cidadãos ativos e conscientes, podemos nos proteger: sermos os campeões do nosso futuro!**”.

Pelo menos há quatro etapas necessárias para enfatizar o papel decisivo da sociedade civil, das organizações de cidadãos e dos grupos de defesa neste ambiente desafiador e complexo: “Aumentar a educação em saúde sobre vacinação; promover o diálogo institucional para uma abordagem política da vacinação; coletar dados e produzir recomendações qualitativas; envolver os cidadãos como defensores de uma comunicação mais eficiente dirigida aos próprios cidadãos”. O compromisso com a vacinação só pode surtir efeito se a mensagem chegar aos cidadãos, se as ferramentas estiverem à disposição de todos, se as informações forem corretas e o envolvimento da sociedade civil tem de ser primeiro garantido, também para abordar a Visão Europeia da OMS de uma “**região europeia livre de doenças evitáveis ??por vacinas, onde todos os países proporcionem acesso equitativo a vacinas e serviços de imunização de alta qualidade, seguros e acessíveis ao longo da vida**”.

A vacinação tem que ser pensada como um direito do cidadão para toda a população e **acredita-se que uma cultura de vacinação generalizada é necessária, assim como cidadãos informados.** ♦

## Autores

\* Maria Teresa Flor de Lima, Médica, parceira da ACN (tradução e adaptação) Mariano Votta, Director Active Citizenship Network Daniela Quaggia, Deputy Director Active Citizenship Network

Acórmedia

Global Media GROUP

Acóriano Oriental

Diretor Editorial: Paulo Simões C.P.: 8136

## Coordenadores Editoriais:

Luís Pedro Silva C.P.: 5155A; Paula Gouveia C.P.: 3785A

## Editores de fecho de Edição:

Ana Carvalho Melo, CP: 5068A; Paulo Faustino C.P.: 7749;

Rui Jorge Cabral C.P.: 4288A

Editor de fecho de Desporto: Arthur Melo C.P.: 2401A;

Coordenadora AOnline e Revista Açores:

Ana Carvalho Melo, CP: 5068A;

Serviço de Apoio Editorial: Maria Cordeiro (Secretariado de Redação e Planeamento).

ESTATUTO EDITORIAL: [www.acorianooriental.pt/pagina/estatuto-editorial](http://www.acorianooriental.pt/pagina/estatuto-editorial)

PROPRIEDADE: ACORMEDIA, COMUNICAÇÃO MULTIMÉDIA E EDIÇÃO DE PUBLICAÇÕES, S.A.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Guilherme Pinheiro, Pedro Gonçalves de Melo e Afonso Camões.

Matriculada na Conservatória do Registo

Comercial de Ponta Delgada

Capital Social € 500.000 - NIPC 512042640

## Sede do Editor | Sede da Redação:

Rua Dr. Bruno Tavares Carreiro, 34/36

9500-055 - Ponta Delgada, São Miguel - Açores

Telef: 351 296 202 800 (geral)

Fax: 351 296 202 825

Email: Administração: [acormedia@acorianooriental.pt](mailto:acormedia@acorianooriental.pt)

Redação: [acorianooriental@acorianooriental.pt](mailto:acorianooriental@acorianooriental.pt)

## Chefe de Departamento Financeiro: Eusébio Simão

Director de Publicidade: António Filinto

Departamento de Produção: Amândio Botelho (Chefe);

Carlos Sousa (Designer); Eduardo Resendes (Fotografia).

Publicidade: Paulo Jorge (Chefe de Equipa de Vendas).

Impressão: Coingra, Lda. Sede: Parque Industrial da Ribeira

Grande - Lote 339600-499 Ribeira Grande - S. Miguel - Açores.

Distribuição: Notícias Direct e CTT

Depósito Legal n.º 136635/99

Registo ERC n.º 106992 (Acóriano Oriental)

e n.º 219668 (Acórmedia, S.A.) - ISSN 0874 - 8705

Detentores com mais de 5% do Capital Social:

Global Notícias-Media Group, S.A. (90%), António Lourenço de Melo (10%)

Tiragem mediática diária novembro de 2020: 4030 exemplares



**Governo dos Açores**  
Esta publicação é apoiada pelo PROMEDIA - Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada



VISAPRESS  
Direitos de Autor Protegidos



Membro honorário da Ordem do Infante Dom Henrique



Insígnia Autônómica de Mérito Cívico



Medalha de Ouro do Município de Ponta Delgada